

Índice

PARTE I	3
CLAUSULAS JURÍDICAS	3
CLÁUSULA 1ª OBJETO DO CONTRATO	3
CLÁUSULA 2.ª CONTRATO	3
CLÁUSULA 3ª PRAZO DO CONTRATO	4
CLÁUSULA 4ª OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO COCONTRATANTE	4
CLÁUSULA 5.ª DESEMPENHO AMBIENTAL	7
CLÁUSULA 6.ª POLÍTICA ANTIFRAUDE	8
CLÁUSULA 7.ª TRABALHADORES AFETOS À EXECUÇÃO DO CONTRATO	8
CLÁUSULA 8.ª LOCAL DE EXECUÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	8
CLÁUSULA 9.ª PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS	9
CLÁUSULA 10.ª OBJETO DO DEVER DE SIGILO	9
CLÁUSULA 11.ª PREÇO CONTRATUAL	10
CLÁUSULA 12.ª REVISÃO/ ATUALIZAÇÃO DE PREÇOS	11
CLÁUSULA 13.ª CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	11
CLÁUSULA 14.ª RESPONSABILIDADES	12
CLÁUSULA 15.ª FORÇA MAIOR	12
CLÁUSULA 16.ª PENALIDADES CONTRATUAIS	13
CLÁUSULA 17.ª RESOLUÇÃO POR PARTE DO CONTRAENTE PÚBLICO	14
CLÁUSULA 18ª RESOLUÇÃO POR PARTE DO COCONTRATANTE	14
CLÁUSULA 19.ª SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL	15
CLÁUSULA 20.ª COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES	15
CLÁUSULA 21.ª FORO COMPETENTE	15
CLÁUSULA 22.ª GESTOR DO CONTRATO	15
CLÁUSULA 23ª LEGISLAÇÃO APLICÁVEL	16
PARTE II	16
CLAUSULAS TÉCNICAS	16
CLÁUSULA 24.ª ÂMBITO DOS TRABALHOS MENSALIS	16
CLÁUSULA 25.ª ÂMBITO DOS TRABALHOS ANUAIS	21
CLÁUSULA 26.ª DATA E HORÁRIO	23
CLAUSULA 27.ª MEIOS MATERIAIS AFETOS À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	23
CLAUSULA 28.ª RELAÇÃO MENSAL DAS REPARAÇÕES E PEÇAS	24

CLAUSULA 29.ª LISTAGEM DE EQUIPAMENTOS POR LOCALIZAÇÃO.....	24
CLÁUSULA 30ª SEGURANÇA NO TRABALHO.....	25
CLÁUSULA 31ª ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DA MANUTENÇÃO CORRETIVA.....	26
CLÁUSULA 32ª NÍVEIS DE SERVIÇO DA MANUTENÇÃO CORRETIVA.....	26
ANEXO I – (MODELO DE) DECLARAÇÃO	28

PARTE I

CLAUSULAS JURÍDICAS

CLÁUSULA 1.ª OBJETO DO CONTRATO

O presente Caderno de encargos compreende as cláusulas jurídicas e técnicas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto a aquisição de serviços de manutenção das centrais de produção de água tratada para o complexo ICBAS/FFUP com repartição de 59% para o ICBAS e 41% para a FFUP.

CLÁUSULA 2.ª CONTRATO

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a. Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b. Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c. O presente caderno de encargos;
 - d. A proposta adjudicada;
 - e. Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. O contrato integra ainda o Código de Boa Conduta para a Prevenção e Combate ao Assédio e Discriminação da U. Porto:

https://sigarra.up.pt/spup/pt/conteudos_geral.ver?pct_pag_id=1015464&pct_parametros=pv_unidade=764&pct_grupo=35873#35873

5. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

CLÁUSULA 3ª PRAZO DO CONTRATO

1. A execução do contrato terá início a 1 de janeiro de 2025 e término em 31 de dezembro de 2025, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.
2. O contrato poderá ser renovado pelo período de um ano, com o limite de duas renovações, caso não seja denunciado por comunicação escrita, no prazo mínimo de 60 dias de antecedência sobre a data de renovação.
3. O contrato extingue-se atingido o seu termo ou o preço contratual.
4. O prazo previsto no n.º 1 pode ser prorrogado por um período de 1 (um) mês, caso venham a ser requisitados serviços ainda na vigência do contrato, mas cuja execução, atendendo aos prazos definidos no contrato, se verifique que ultrapassará o prazo de vigência inicialmente definido, sem que daqui possa decorrer aumento do preço contratual máximo, em cumprimento do disposto no capítulo V do Título I da Parte III do Código dos Contratos Públicos.
5. Caso seja atingido o termo referido no número um e não seja atingido o montante referido na cláusula 8.ª o cocontratante não terá direito a qualquer indemnização. Caso seja atingido o termo e não seja atingido o preço contratual, o prazo de execução pode ser prorrogado por iniciativa do contraente publico, procedendo-se à respetiva modificação objetiva.
6. A prorrogação prevista nos números anteriores não pode determinar que o contrato tenha um prazo de execução superior a 3 anos.

CLÁUSULA 4ª OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO COCONTRATANTE

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o cocontratante as seguintes obrigações principais:

- a. Obrigação de prestar os serviços em conformidade com as especificações técnicas identificadas no presente caderno de encargos e, que dele faz parte integrante e demais documentos contratuais, cumprindo integralmente o objeto do contrato;
- b. Dar cumprimento, a todo o momento, às obrigações legais relativas aos serviços prestados, assegurando a execução dos mesmos de acordo com as melhores regras técnicas e de arte conhecidas e praticadas;
- c. Não alterar as condições da prestação dos serviços fora dos casos previstos nas especificações do presente caderno de encargos;
- d. Sujeitar-se a ações de acompanhamento e supervisionamento a realizar pelos contraentes públicos, sem prejuízo do controlo que possa a vir a ser exercido pelas entidades que, nos termos legais, detêm tais poderes;
- e. Produzir, após cada visita os relatórios de visita com a descrição dos serviços prestados e dos bens fornecidos;
- f. A não entrega dos documentos referidos no número anterior ou a existência de erros nos mesmos que não permitam a monitorização da faturação tem um efeito suspensivo no pagamento das faturas em dívida até à regularização da situação;
- g. Para efeitos do disposto no número anterior, os contraentes públicos deverão notificar previamente o cocontratante para, num prazo não superior a 5 dias, emitir o relatório em falta ou corrigir a informação em falta no relatório enviado;
- h. Os relatórios podem ser substituídos pela própria fatura emitida mensalmente e que deve conter a informação constante no número anterior;
- i. No âmbito da manutenção corretiva, sempre que estivermos perante a aquisição de peças, o cocontratante deverá apresentar por escrito um orçamento detalhado, a enviar para email a designar onde devem constar:
 - a. Valor de mão-de-obra por equipa/técnico para trabalhos associados, com a definição de horário laboral e pós-laboral, incluindo fins-de-semana;
 - b. Valor de deslocação;
 - c. Nº de horas ou fração, necessários para a execução dos trabalhos;

- d. Peças a substituir;
 - j. O orçamento referido na alínea anterior será objeto de análise e concordância expressa por parte dos contraentes públicos, antes de se iniciar o seu desenvolvimento;
 - k. Assumir todos os riscos inerentes à prestação dos serviços, bem como aqueles que, em concreto, apenas sejam ou possam ser do conhecimento do cocontratante ou por este gerido em primeira linha;
 - l. Cumprir as políticas, práticas e procedimentos de segurança de informação dos contraentes públicos;
 - m. Cumprir o disposto no Código de Boa Conduta para a Prevenção e Combate ao Assédio e Discriminação no Trabalho da Universidade do Porto, cumprindo os princípios e o compromisso de não tolerância ao assédio assumido pela U. Porto, disponível no link:

https://sigarra.up.pt/spup/pt/conteudos_geral.ver?pct_pag_id=1015464&pct_parametros=pv_unidade=764&pct_grupo=35873#35873
 - n. Assegurar o cumprimento das especificações técnicas gerais quanto à emissão da fatura eletrónica, conforme disposto na clausula referente às condições de pagamento, cumprindo a obrigação de identificar o n.º da nota de encomenda e o n.º de compromisso;
 - o. Garantir, a todo o momento, a correta, completa e adequada articulação e compatibilização entre os serviços prestados e a finalidade a que os mesmos se dirigem com outros serviços ou outras finalidades que com eles estejam ou possam estar em relação, de modo a não afetar negativamente quaisquer outros serviços, produtos ou soluções dos contraentes públicos, assumindo, em cada momento, o respetivo risco de interface;
 - p. Garantir a proteção e segurança da informação sobre as pessoas singulares, em concreto que o tratamento no âmbito da prestação dos serviços, objeto do contrato, ocorrerá em estrita observância de todas as disposições pertinentes de direito nacional e europeu que protegem os direitos e liberdades fundamentais das pessoas singulares, em particular o seu direito à proteção da vida privada no que diz respeito ao tratamento dos seus dados pessoais;
 - q. Garantir a implementação de medidas técnicas de segurança adequadas à confidencialidade e à integridade da informação tratada.
2. Constituem ainda obrigações do cocontratante:

- a. Recorrer a todos os meios humanos e materiais que sejam necessários e adequados à execução do contrato;
 - b. Comunicar antecipadamente aos contraentes públicos, logo que tenha conhecimento, factos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação dos serviços objeto do contrato, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações nos termos do contrato celebrado;
 - c. Não subcontratar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato, sem prévia autorização dos contraentes públicos;
 - d. Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;
 - e. Manter sigilo e garantir a confidencialidade, não divulgando quaisquer informações que obtenham no âmbito da formação e da execução do contrato, nem utilizar as mesmas para fins alheios àquela execução, abrangendo esta obrigação todos os seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que nelas se encontrem envolvidos;
 - f. Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato.
3. A título acessório, o cocontratante fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.
4. Todos os relatórios, comunicações, atas, e demais documentos elaborados pelo cocontratante, devem ser integralmente redigidos em português, entregues em suporte de papel e digital, neste último caso em formato editável, respeitando as especificações técnicas do presente caderno de encargos.

CLÁUSULA 5.ª DESEMPENHO AMBIENTAL

1. O cocontratante deve garantir as melhores práticas ambientais por forma a incluir as medidas necessárias a fim de assegurar a proteção do ar, da água, do solo, e de prevenir ou reduzir a poluição sonora, a produção de resíduos e o consumo energético, com o objetivo de alcançar um nível elevado de proteção do ambiente e minimizar os impactes ambientais.

2. O cocontratante deve igualmente garantir o correto encaminhamento dos eventuais resíduos produzidos no decorrer da execução do contrato, respeitando as boas práticas ambientais previstas na legislação em vigor.

CLÁUSULA 6.ª POLÍTICA ANTIFRAUDE

Nos termos exarados na Política Antifraude, o contraente público exige que os intervenientes internos, bem como o cocontratante e os seus colaboradores, atuem com honestidade e integridade, garantindo que as suas atividades, interesses e comportamentos não conflituam com essas obrigações e, independentemente da sua posição, reportem todas as suspeitas de fraude.

CLÁUSULA 7.ª TRABALHADORES AFETOS À EXECUÇÃO DO CONTRATO

1. Os trabalhadores afetos ao contrato prestam a sua atividade em regime de contrato de trabalho sem termo.
2. O cocontratante deve entregar ao gestor de contrato, no prazo máximo de 5 dias, após o início da vigência do contrato, um documento com a identificação dos trabalhadores que afetarà à execução do contrato e respetivo vínculo contratual conforme Anexo I ao presente caderno de encargos.
3. No caso de ocorrer, durante a execução do contrato, alteração dos trabalhadores identificados no documento referido no número anterior, o cocontratante deve, no prazo máximo de 5 dias a contar da data da sua ocorrência, apresentar novo documento com a identificação dos trabalhadores que afetarà à execução do contrato e respetivo vínculo contratual.
4. O disposto no n.º 1 não se aplica aos trabalhadores com contrato a termo de substituição celebrado nas situações previstas nas alíneas a) a d) do n.º 2 do artigo 140.º do Código do Trabalho.
5. O disposto nos números anteriores não se aplica a trabalhadores que executem tarefas ocasionais ou serviços específicos e não duradouros no âmbito da execução do contrato.

CLÁUSULA 8.ª LOCAL DE EXECUÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

1. A prestação de serviços é efetuada no Complexo ICBAS-FFUP, sito na Rua Jorge de Viterbo Ferreira 228, 4050-313 Porto.

2. Para o acesso às instalações do complexo do ICBAS/FFUP, os técnicos de manutenção deverão apresentar ao responsável da unidade a sua identificação.

CLÁUSULA 9.ª PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

O cocontratante obriga-se a dar cumprimento à legislação sobre Proteção de Dados, designadamente ao estabelecido no Regulamento Geral de Proteção de Dados e Lei de Execução do Regulamento Geral de Proteção de Dados, aprovada pela Lei nº 58/2019, de 08 de agosto, aceitando regular esta questão em acordo de tratamento de dados, caso seja considerado necessário, acordo esse que ficará a constar em anexo ao contrato e que dele fará parte integrante.

CLÁUSULA 10.ª OBJETO DO DEVER DE SIGILO

1. O cocontratante deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa aos contraentes públicos de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo cocontratante de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. O cocontratante deverá guardar sigilo quanto a informações que possa obter no âmbito da execução do presente contrato, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

CLÁUSULA 11.ª PREÇO CONTRATUAL

1. Pela prestação dos serviços objeto do procedimento, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de encargos, os contraentes públicos devem pagar ao cocontratante o preço global constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no número anterior não pode, em qualquer caso, ser superior a 19.408,61 € (dezanove mil, cento e quatrocentos e oito euros e sessenta e um cêntimos), no prazo máximo de vigência admitido (valores sem revisão de preços e sem IVA).
3. O valor contratual a distribuir-se por entidade adjudicante será o seguinte:
 - a. ICBAS com repartição de 59%: 11.451,08 €+ IVA
 - b. FFUP com repartição de 41%: 7.957,53 € + IVA
4. O preço global da aquisição tem como limite os seguintes parâmetros:
 - a. **Uma componente da manutenção preventiva que ascende a 11.908,61 €,** acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, que corresponde ao valor máximo estimado que os contraentes públicos estão dispostos a pagar pela contratação dos serviços, no período de vigência máxima de 36 meses.
 - b. **Uma componente de manutenção corretiva,** que se encontre fora do âmbito dos serviços de manutenção preventiva, compreende acessórios e materiais de manutenção corrente, sendo os custos de mão de obra compostos pelos preços unitários constantes da proposta adjudicada. No preço global da componente de manutenção corretiva estão incluídos **7.500,00€ (sete mil e quinhentos euros)** acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, para aquisições de peças/consumíveis de acordo com as manutenções corretivas.

Os valores de Mão de Obra e deslocação para a manutenção corretiva são 21,00€/hora e 0,45€/km respetivamente durante a vigência do contrato.

Os valores não executados para as componentes de manutenção preventiva e corretiva transitarão para os anos seguintes.
5. Os preços referidos nos números anteriores incluem todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída aos contraentes públicos.

CLÁUSULA 12.ª REVISÃO/ ATUALIZAÇÃO DE PREÇOS

Os preços constantes da proposta adjudicada não são revistos durante a vigência do contrato.

CLÁUSULA 13.ª CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

1. As quantias devidas pelos contraentes públicos, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo de 30 dias após a receção pelo mesmo das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. A obrigação para pagamento da manutenção preventiva torna-se exigível após a realização dos serviços segundo agendamento mensal a validar pelos contraentes públicos.
3. As faturas deverão ser emitidas em nome dos contraentes públicos com referência aos documentos que lhe deram origem, devendo fazer menção aos seguintes dados, consoante o caso e sem prejuízo daqueles que forem legalmente exigidos:
 - a. N.º da encomenda e N.º Compromisso ou contrato;
 - b. A descrição dos serviços fornecidos, incluindo a quantidade;
 - c. Unidade orgânica requisitante:
 - **Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar da Universidade do Porto**, numa percentagem de 59% para a localização do complexo ICBAS/FFUP e na totalidade para a localização do Centro Clínico de Investigação Veterinária de Vairão e Edifício Abel Salazar;
 - **Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto**, numa percentagem de 41%.
 - d. Endereço das unidades orgânicas: R. Jorge de Viterbo Ferreira 228, 4050-313 Porto;
4. Em caso de discordância por parte do contraente público, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao cocontratante, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o cocontratante obrigado a prestar os esclarecimentos necessários e/ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
5. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto nos números anteriores, as faturas são pagas através de transferência bancária.
6. A emissão de faturas eletrónicas por parte do Cocontratante deve cumprir os requisitos legais inerentes à emissão das mesmas, constantes do manual disponível para consulta no link:

https://sigarra.up.pt/spup/pt/conteudos_geral.ver?pct_pag_id=1015464&pct_parametros=pv_unidade=786&pct_grupo=35870#35870

7. O contraente público não se responsabiliza pelo não cumprimento ou incumprimento defeituoso das especificações técnicas referentes ao sistema de faturação eletrónica.

CLÁUSULA 14.ª RESPONSABILIDADES

1. O cocontratante responde perante os contraentes públicos por todos os prejuízos que resultem do incumprimento ou do deficiente cumprimento das suas obrigações contratuais, até à conclusão da execução do contrato, desde que devidamente comprovados.
2. Do mesmo modo, o cocontratante responde por todos os prejuízos causados por quaisquer atos ou omissões de quaisquer pessoas que, no âmbito da sua intervenção, para ele exerçam funções, independentemente do regime jurídico.
3. Se os contraentes públicos vierem a ser demandado por terceiros por prejuízos causados pelo cocontratante, no âmbito da execução do contrato, este último indemnizá-lo-á de todas as despesas que, em consequência, haja de realizar e de todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for.
4. Correm inteiramente por conta do cocontratante a reparação e a indemnização de todos os prejuízos que, por motivos que lhe sejam imputáveis, sejam sofridos por terceiros até à conclusão da execução do contrato, em consequência do modo de execução dos trabalhos, da atuação do seu pessoal ou dos seus fornecedores.

CLÁUSULA 15.ª FORÇA MAIOR

1. Não podem ser impostas penalidades ao cocontratante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios

internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3. Não constituem força maior, designadamente:

- a. Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do cocontratante, na parte em que intervenham.
- b. Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do cocontratante ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados.
- c. Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo cocontratante de deveres ou ónus que sobre ele recaiam.
- d. Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo cocontratante de normas legais.
- e. Incêndios ou inundações com origem nas instalações do cocontratante cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança.
- f. Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do cocontratante não devidas a sabotagem.
- g. Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

CLÁUSULA 16.ª PENALIDADES CONTRATUAIS

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, os contraentes públicos podem exigir do cocontratante o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar de montante a fixar em função da gravidade, nos seguintes termos:

- a. pelo incumprimento, cumprimento defeituoso ou mora no cumprimento das datas e prazos definidos no presente caderno de encargos, até 100€ por cada dia de atraso;
 - b. pelo incumprimento, cumprimento defeituoso ou mora no cumprimento das datas e prazos definidos pelas partes no âmbito da execução contratual, até 100€ por cada dia de atraso;
 - c. pelo incumprimento, cumprimento defeituoso ou mora no cumprimento das demais obrigações contratualmente previstas, até 5% do preço contratual.
2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do cocontratante, os contraentes públicos pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 10% do preço contratual.
 3. Na determinação da gravidade do incumprimento, os contraentes públicos têm em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do cocontratante e as consequências do incumprimento.
 4. Os contraentes públicos podem compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
 5. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que os contraentes públicos exijam uma indemnização pelos danos correspondentes.

CLÁUSULA 17.ª RESOLUÇÃO POR PARTE DO CONTRAENTE PÚBLICO

Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o contraente público pode resolver o contrato, a título sancionatório nos seguintes casos:

- a) Violação grave ou reiterada de qualquer das obrigações que incumbem ao cocontratante;
- b) Violação dos princípios e compromissos de não tolerância ao assédio assumidos pela U.Porto;

CLÁUSULA 18ª RESOLUÇÃO POR PARTE DO COCONTRATANTE

O cocontratante pode resolver o contrato nos casos previstos no artigo 332.º do CCP.

CLÁUSULA 19.ª SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL

A subcontratação pelo cocontratante e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

CLÁUSULA 20.ª COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, nos termos do Código dos Contratos Públicos, estas devem ser dirigidas para o domicílio ou sede contratual dos contraentes públicos ou do cocontratante, identificado no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contato constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

CLÁUSULA 21.ª FORO COMPETENTE

Para resolução de todos os litígios decorrentes quer da interpretação, quer da execução do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, com expressa renúncia a qualquer outro.

CLÁUSULA 22.ª GESTOR DO CONTRATO

1. Nos termos do artigo 290.º-A, é designado o seguinte gestor do contrato em nome do contraente público, bem como o seu substituto no caso de ausências e impedimentos:
 - a. Gestor do contrato: Pedro Marques, Manutenção do Complexo ICBAS-FFUP; email: manutencao@icbas-ff.up.pt
 - b. Substituto: Ana Vieira | email: amsvieira@ff.up.pt
2. A qualquer momento e sem necessidade de aviso prévio, o gestor do contrato pode solicitar informação ou realizar auditorias com vista à monitorização da qualidade e nível de desempenho da prestação de serviços e cumprimento das obrigações contratuais ou legais por parte do cocontratante e, quando justificado, propor a aplicação de sanções em caso de incumprimento.

3. O cocontratante obriga-se a colaborar com o gestor do contrato na prestação de informações solicitadas por este ou na realização de auditorias, disponibilizando os meios que sejam necessários para o efeito.

CLÁUSULA 23ª LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O contrato é regulado pelo disposto no Código dos Contratos Públicos e restante legislação aplicável.

PARTE II

CLAUSULAS TÉCNICAS

CLÁUSULA 24.ª ÂMBITO DOS TRABALHOS MENSAIS

1. Acompanhamento Técnico Mensal da Unidade de Cloragem de Água da Rede Pública incluindo as seguintes atividades:

a. Na Bomba Doseadora:

- Forçar o doseamento da doseadora e verificar se ela o faz corretamente.
- Verificar o estado de programação da bomba (funcionamento automático por impulsos externos). Se estiverem alterados, corrigir.
- Verificar os parâmetros de programação do doseamento do produto na bomba doseadora e se necessário ajustá-los em função dos valores medidos.
- Verificar a atuação da bomba com nível mínimo de produto no depósito doseador.

b. No Posto de Dosagem de Hipoclorito de Sódio:

- Verificar a quantidade de solução existente e, se necessário, preparar nova solução.
- Verificar a existência de stock de agente desinfetante e comunicar ao gestor de contrato do complexo ICBAS/FFUP esta necessidade.
- Elaborar uma instrução de trabalho relativa à preparação de produtos químicos para controlo de cloro.

c. No Painel de Controlo de Cloro – Cloragem:

- Verificar a correta programação do painel de controlo de cloragem.
- Verificar o estado de conservação das sondas de controlo de cloro e pH.
- Proceder sempre que necessário à sua calibração.
- Analisar o valor de cloro residual livre da água tratada dentro do tanque e em pontos de consumo, ajustando a programação para cloragem sempre que necessário.

2. Acompanhamento Técnico Mensal das Unidades de Água Tratada do Bloco D, Bloco B, Bloco C incluindo as seguintes atividades:

a. No depósito de água bruta:

- Verificar e registar o correto funcionamento da boia de nível mecânico instalada.
- Verificar e registar o nível de água no tanque.
- Verificar e registar o correto funcionamento da bomba de alimentação de água bruta do depósito e respetivo balão vertical.
- Propor, sempre que necessário e tecnicamente justificado, ações de melhoria ao Gestor de Contrato para apreciação e decisão.

b. No contador emissor de impulsos:

- Forçar a passagem de água para verificar o funcionamento do contador de impulsos.
- Registar o consumo de água mensal como meio para a sistematização de histórico de consumos.
- Propor, sempre que necessário e tecnicamente justificado, ações de melhoria ao Gestor de Contrato para apreciação e decisão.

c. Nas bombas doseadoras para doseamento de antincrustante e redutor de cloro:

- Forçar o doseamento em cada uma das doseadoras e verificar se elas o fazem corretamente.
- Verificar o estado de programação das bombas (funcionamento automático por impulsos externos). Se estiverem alterados, corrigir.
- Verificar os parâmetros de programação do doseamento dos produtos em cada uma das bombas doseadoras e se necessário ajustá-los em função dos valores medidos.

- Verificar o correto funcionamento dos sensores de fluxo existentes nas bombas doseadoras.
 - Verificar a quantidade de solução existente no posto de dosagem e, se necessário, preparar nova solução.
 - Verificar a existência de stock de produtos químicos e comunicar ao gestor de contrato do complexo ICBAS/FFUP esta necessidade.
 - Elaborar uma instrução de trabalho relativa à preparação de produtos químicos.
 - Propor, sempre que necessário e tecnicamente justificado, ações de melhoria ao Gestor de Contrato para apreciação e decisão.
- d. Nos filtros de cartucho:
- Registar as pressões de entrada e saída nas baterias de filtros de cartucho instaladas.
 - Proceder, sempre que necessário, à substituição dos cartuchos filtrantes.
 - Verificar o stock de cartuchos filtrantes existentes – de 1 e 5 micrones e comunicar ao gestor de contrato do complexo ICBAS/FFUP esta necessidade.
 - Propor, sempre que necessário e tecnicamente justificado, ações de melhoria ao Gestor de Contrato para apreciação e decisão.
- e. Na osmose Inversa:
- Verificar e registar os dados relativos à pressão nos seguintes pontos:
 - Entrada nas membranas da osmose inversa
 - Concentrado da osmose inversa
 - Verificar e registar os dados relativos ao caudal nos seguintes pontos:
 - Permeado
 - Rejeitado
 - Calcular a Taxa de Recuperação da osmose inversa e face aos valores inferir sobre necessidade de otimização de funcionamento.
 - Verificar e registar os dados relativos à condutividade nos seguintes pontos:
 - Entrada da osmose
 - Permeado

- Calcular a Taxa de Rejeição de Sais da osmose inversa e face aos valores inferir sobre necessidade de otimização de funcionamento.
 - Propor, sempre que necessário e tecnicamente justificado, ações de melhoria ao Gestor de Contrato para apreciação e decisão.
- f. No depósito de água tratada:
- Verificar e registar o correto funcionamento da boia de nível mecânico instalada.
 - Verificar e registar o nível de água no tanque.
 - Verificar e registar o correto funcionamento da bomba de alimentação de água tratada do depósito.
 - Propor, sempre que necessário e tecnicamente justificado, ações de melhoria ao Gestor de Contrato para apreciação e decisão.
- g. No filtro inox / nos filtros de cartucho pós tanque de água tratada:
- Registar as pressões de entrada e saída nas baterias de filtros de cartucho instaladas.
 - Proceder, sempre que necessário, à substituição dos cartuchos filtrantes.
 - Verificar o stock de cartuchos filtrantes existentes – 1 micron - e comunicar ao gestor de contrato do complexo ICBAS/FFUP esta necessidade.
 - Propor, sempre que necessário e tecnicamente justificado, ações de melhoria ao Gestor de Contrato para apreciação e decisão.
- h. No equipamento de ultravioleta:
- Verificar o correto funcionamento das lâmpadas UV.
 - Registar o tempo de funcionamento da lâmpada e que este não excede o seu tempo máximo de vida útil.
 - Sempre que necessário proceder à substituição de lâmpadas UV.
 - Verificar, sempre que seja necessário proceder à substituição de uma lâmpada, o estado de conservação dos restantes componentes no interior do UV: tubo quartz, o-rings, mola.
 - Propor, sempre que necessário e tecnicamente justificado, ações de melhoria ao Gestor de Contrato para apreciação e decisão.
- i. Nos instrumentos de medição e controlo:

- Verificar o estado de conservação de todos os instrumentos de controlo (controladores, manómetros, válvulas, etc).
- Verificar o correto funcionamento de todos os instrumentos de controlo (controladores, manómetros, válvulas, etc).
- Proceder sempre que necessário à calibração dos equipamentos de mediação e controlo.
- Propor, sempre que necessário e tecnicamente justificado, ações de melhoria ao Gestor de Contrato para apreciação e decisão.

j. Controlo Analítico Proposto:

Ponto de Recolha	Tanque de água clorada da rede pública do Porto		
Parâmetro	Valor Lido	Valor Paramétrico*	Conformidade
pH Esc. Sorensen		≥ 6,5 e ≤ 9,5	
Condutividade μS/cm		2500	
Cloro Residual Livre mg/L Cl2		-	
*Valor Paramétrico de acordo com DL nº 306/07 com alterações introduzidas pelo DL nº 92/10 e DL nº152/17.			
Ponto de Recolha	Torneira amostra pré-osmose (VA-1)		
Parâmetro	Valor Lido	Valor Paramétrico*	Conformidade
pH Esc. Sorensen		< 8	
Condutividade μS/cm		< 1000	
Cloro Residual Livre mg/L Cl2		< 0,05	
* Valor Paramétrico de acordo critérios de maximização de desempenho.			

Ponto de Recolha	Água tratada, <u>após</u> osmose inversa (VA-2)		
Parâmetro	Valor Lido	Valor Paramétrico*	Conformidade
pH Esc. Sorensen		-	
Condutividade µS/cm		-	
* Valor Paramétrico de acordo com a projeção da osmose.			

Ponto de Recolha	Água tratada, anel de recirculação (VA-3)		
Parâmetro	Valor Lido	Valor Paramétrico*	Conformidade
Condutividade $\mu\text{S}/\text{cm}$		-	Conforme
* Sem informação			

3. Relatório Técnico Mensal

Será enviado mensalmente ao Gestor de Contrato do Contraente Público um relatório síntese das atividades realizadas com uma análise clara e objetiva do acompanhamento realizado e das intervenções planeadas a realizar no mês seguinte. O relatório incluirá também, a relação mensal de todas as reparações e peças aplicadas pelo Cocontratante, para conferência do responsável do serviço de manutenção impreterivelmente até ao 5 (quinto) dia do mês seguinte.

CLÁUSULA 25.ª ÂMBITO DOS TRABALHOS ANUAIS

1. Acompanhamento Técnico Anual da Unidade de Cloragem de Água da Rede Pública incluindo as seguintes atividades:

- a. Nos reservatórios de água bruta de armazenamento de água da rede pública:
 - Limpeza exterior
 - Limpeza Interior incluindo:
 - Lavagem das superfícies com água potável a baixa pressão;
 - Pulverização do produto desincrustante - a baixa pressão ($\approx 1\text{bar}$) com o produto CARELA BIO greenPOWER;
 - Lavagem intermédia e neutralização do efluente;
 - Pulverização do produto desinfetante - a baixa pressão com o produto OX-ÁGUA® 2ª GERAÇÃO;
 - Controlo da presença de bactericidas e lavagem final.
 - Verificação de fugas
 - Verificação funcionamento das válvulas de admissão/corte
- b. Documentação a disponibilizar

Referente às atividades de limpeza e higienização dos reservatórios de armazenamento da água bruta da rede pública serão facultados os seguintes elementos:

- Certificado de Higienização, com a data e com os produtos que foram utilizados.
- Relatório descritivo com o estado real das superfícies interiores do reservatório bem como de todas as anomalias detetadas.

2. Acompanhamento Técnico Anual das Unidades de Água Tratada do Bloco D, Bloco B, Bloco C incluindo as seguintes atividades:

a. Nas Unidades de Água Tratada do Bloco D, Bloco B, Bloco C:

- Desinfecção da linha de recirculação de cada um dos três anéis.
- Percorrer toda a linha, à procura de fugas, erros de ligações.

3. Acompanhamento Técnico Anual – Rede Incêndio incluindo as seguintes atividades:

a. Nos reservatórios de armazenamento da rede de incêndio:

- Limpeza exterior
- Limpeza Interior incluindo:
 - Lavagem das superfícies com água potável a baixa pressão;
 - Pulverização do produto desincrustante - a baixa pressão ($\approx 1\text{bar}$) com o produto CARELA BIO greenPOWER;
 - Lavagem intermédia e neutralização do efluente;
 - Pulverização do produto desinfetante - a baixa pressão com o produto OX-ÁGUA® 2ª GERAÇÃO;
 - Controlo da presença de bactericidas e lavagem final.
- Verificação de fugas
- Verificação funcionamento das válvulas de admissão/corte

b. Documentação a disponibilizar

Referente às atividades de limpeza e higienização dos reservatórios de armazenamento da água da rede de incêndio serão facultados os seguintes elementos:

- Certificado de Higienização, com a data e com os produtos que foram utilizados.
- Relatório descritivo com o estado real das superfícies interiores do reservatório bem como de todas as anomalias detetadas.

CLÁUSULA 26.ª DATA E HORÁRIO

1. A prestação de serviços objeto do presente procedimento deve ter lugar em horário de funcionamento dos serviços do Contraente Público - de segunda-feira a sexta-feira das 08:00 h às 17:00 h - com uma hora de almoço de oito horas por dia.
2. Periodicidade das manutenções anuais:
 - a. reservatórios de água bruta de armazenamento de água da rede pública deve ocorrer durante o mês de fevereiro.
 - b. reservatórios de armazenamento da rede de incêndio deve ocorrer durante o mês setembro.

CLAUSULA 27.ª MEIOS MATERIAIS AFETOS À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

1. Todo o pessoal deve apresentar-se munido de ferramentas e equipamentos necessários ao bom desempenho das suas funções.
2. É obrigatória a apresentação, pelo Cocontratante, de uma listagem de todas as ferramentas e equipamentos disponibilizados a cada um dos colaboradores.
3. O Cocontratante deve fornecer listagem das ferramentas e equipamentos permanentes que apetrecham as oficinas cedidas pelo Contraente Público.
4. O Cocontratante deve dispor de colaboradores habilitados à utilização correta do equipamento de medição e ensaio, devidamente comprovada.
5. O equipamento de medição e ensaio deve ser sempre referenciado nos relatórios resultantes de atividades em que seja utilizado, indicando-se ainda referência do respetivo certificado de calibração e data de validade.
6. Ao Cocontratante compete proceder à calibração periódica do equipamento de medição e ensaio.

CLAUSULA 28.ª RELAÇÃO MENSAL DAS REPARAÇÕES E PEÇAS

A relação mensal de todas as reparações e peças aplicadas pelo Cocontratante, deve ser entregue para conferência do responsável do serviço de manutenção impreterivelmente até ao 5 (quinto) dia do mês seguinte.

CLAUSULA 29.ª LISTAGEM DE EQUIPAMENTOS POR LOCALIZAÇÃO**A. HID_AT (ÁGUA TRATADA)**

- Bloco D
 - Reservatórios Água Bruta – Poietileno vertical 2000 l
 - Electrobomba com balão – Efaflu GHP 2P
 - Contador Volumetrico
 - Bombas doseadoras (para dosagem do anti-incrustante e redutor de cloro) – Injecta ATHENA 2
 - Filtros Cartucho 20'' – 5µ e 1 µ
 - Osmose Inversa
 - Reservatórios Água Tratada – Poietileno vertical 2000 l
 - Electrobomba Circulação
 - Filtros Cartucho 20'' – 1 µ
 - Ultra Violeta – UV Alpha 4.5
- Bloco B
 - Reservatórios Água Bruta – Poietileno vertical 2000 l
 - Electrobomba com balão – Efaflu GHP 2P
 - Contador Volumetrico
 - Bombas doseadoras (para dosagem do anti-incrustante e redutor de cloro) – Injecta ATHENA 2
 - Filtros Cartucho 20'' – 5µ e 1 µ
 - Osmose Inversa

- Reservatórios Água Tratada – Poietileno vertical 2000 l
- Electrobomba Circulação
- Filtros Cartucho 20'' – 1 µ
- Ultra Violeta – UV Alpha 4.5

- Bloco C
 - Reservatórios Água Bruta – Poietileno vertical 2000 l
 - Electrobomba com balão – Efaflu GHP 2P
 - Contador Volumetrico
 - Bombas doseadoras (para dosagem do anti-incrustante e redutor de cloro) – Injecta ATHENA 2
 - Filtros Cartucho 20'' – 5µ e 1 µ
 - Osmose Inversa
 - Reservatórios Água Tratada – Poietileno vertical 2000 l
 - Electrobomba Circulação
 - Filtros Cartucho 20'' – 1 µ
 - Ultra Violeta – UV Alpha 4.5

CLÁUSULA 30ª SEGURANÇA NO TRABALHO

1. O Cocontratante deve assegurar que o exercício da atividade é efetuado em condições de segurança e de saúde para os trabalhadores e que são cumpridos os princípios gerais de prevenção previstos na legislação em vigor.
2. No exercício da atividade os trabalhadores utilizam os equipamentos de proteção individual e coletiva adequados.

CLÁUSULA 31ª ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DA MANUTENÇÃO CORRETIVA

1. A Manutenção Corretiva tem como objetivo a reposição das normais condições de funcionamento dos equipamentos, intervenções efetuadas em caso de avaria, mediante solicitação da Serviço de Instalações e Infraestruturas do contraente público.
2. Sempre que seja necessário substituir componentes/peças fora do âmbito descrito na alínea anterior, o cocontratante deverá enviar, para aprovação do contraente público, um orçamento detalhado para o email do Gestor do Contrato, onde devem constar os seguintes elementos:
 - Peças a substituir e respetivo custo;
 - N.º de horas necessárias à execução dos trabalhos;
 - Custo de mão de obra.
3. O contraente público reserva-se o direito de consultar outros prestadores de serviços, para apresentação de orçamento nos termos acima indicados. Caso algum dos orçamentos, com iguais especificações e condições do serviço requerido, seja de valor inferior ao do cocontratante, o contraente público convidará o cocontratante a acompanhar essa proposta mais competitiva e de menor preço.
4. O contraente público, ao abrigo do direito de consulta a outros prestadores de serviços podem, ainda, apresentar ao prestador de serviços, outras alternativas que se afigurem mais vantajosas;
5. Nas situações referidas nos dois pontos anteriores, e caso o cocontratante não possa acompanhar a alternativa ou melhorá-la, assiste ao contraente público o direito de optar pela solução mais vantajosa, mesmo que apresentada por entidade diferente do Cocontratante.

CLÁUSULA 32ª NÍVEIS DE SERVIÇO DA MANUTENÇÃO CORRETIVA

1. Os níveis de serviço estabelecidos devem ser contemplados em todas as tarefas a executar pelo Cocontratante, no âmbito da manutenção corretiva.
2. Os níveis de prioridade a atribuir para cada uma das tarefas são as seguintes:
 - o **Emergência** – reparação de avaria ou anomalia, total ou parcial, do equipamento com afetação da operacionalidade do serviço da unidade operativa ou a segurança de pessoas e bens;

o **Urgente** – reparação de avaria ou anomalia, total ou parcial, do equipamento, mas que, embora limitando algumas condições de funcionamento, afetou parcialmente a operacionalidade do serviço da unidade operativa ou a segurança de pessoas e bens;

o **Normal** – reparação de avaria ou anomalia que, pela sua natureza, não põe em risco a segurança de pessoas e bens, nem retira a operacionalidade do serviço. A sua intervenção deverá estar de acordo com um planeamento prévio, tendo em conta o grau de necessidade de intervenção;

3. Por defeito, a prioridade de todas as tarefas deve ser considerada “Normal”, salvo indicação expressa do contraente público.

4. As contagens de tempos serão efetuadas de acordo com os seguintes tipos de períodos:

a) **Tempo de Resposta:** período máximo de tempo admitido para o início da intervenção pelo Cocontratante, após solicitação formal da intervenção pelo contraente público.

b) **Tempo de Resolução:** período máximo de tempo admitido para análise e efetiva conclusão pelo Cocontratante de uma intervenção de natureza corretiva, contado desde o início efetivo da intervenção, excluindo o tempo de resposta, podendo ser em horas ou em dias, consoante a complexidade da intervenção.

Definição de tempos em função do grau de prioridade:

ii) **Prioridade Emergência:**

- Tempo de Resposta: até 2 horas;
- Tempo de Resolução: até 24 horas;

iii) **Prioridade de Urgência:**

- Tempo de Resposta: até 4 horas (contadas dentro do período 8h00m – 16h30m (dias úteis);
- Tempo de Resolução: de acordo com o previsto no número seguinte;

iv) **Prioridade Normal:**

- Tempo de Resposta: até ao início do período da manhã do dia seguinte;
- Tempo de Resolução: de acordo com o previsto no número seguinte;

5. Os Tempos de Resposta acima indicados, apenas para tarefas de prioridade normal, poderão ser dilatados, com o acordo expresso do contraente público, na eventualidade de a quantidade de tarefas em espera ultrapassar a capacidade de resposta da equipa do Cocontratante afeta ao contrato.

ANEXO I – (MODELO DE) DECLARAÇÃO

[para demonstração do cumprimento do disposto no art.º 419.º-A, conjugado com o art.º 451.º n.º 2, ambos do CCP]

... [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], declara, sob compromisso de honra, e tendo em consideração o disposto no art.º 419.º-A, conjugado com o art.º 451.º n.º 2, ambos do Código dos Contratos Públicos, que a sua representada afetará à prestação do serviço a realizar no âmbito do contrato n.º _____, os seguintes trabalhadores:

Identificação	Vínculo laboral

..... (local), (data), [assinatura].